

## Guilherme Boulos e o lugar da esquerda hoje



Por **MONICA LOYOLA STIVAL\***

*Qual é o lugar de Guilherme Boulos no imaginário político brasileiro e em que medida ele traz consigo um horizonte de transformação?*

Acredito que seja necessário refletir sobre o que singulariza Guilherme Boulos – e o projeto de esquerda que ele simboliza – diante da história recente da política nacional. Sem dúvida, ele se situa hoje na única continuidade possível ao lulismo, no seu melhor sentido, sem com isso se reduzir a uma simples “imitação”, como sugerem diversas análises apressadas ou interessadas.

Dois aspectos me parecem decisivos: a maneira como ele se distingue enquanto liderança (ou como pode se distinguir cada vez mais) e o lugar de uma política de esquerda renovada em meio à falácia da polarização.

### **Políticas públicas e representação**

Guilherme Boulos tem sua trajetória marcada por políticas públicas como Minha Casa Minha Vida Entidades e Cozinhas Solidárias. Essas duas políticas têm em comum um modo muito específico de formulação e execução. Elas são políticas públicas de caráter associativo, o que significa que sua elaboração final e implantação ocorrem a partir da organização de movimentos sociais.

Os sujeitos do processo na ponta são as pessoas efetivamente contempladas pela orientação orçamentária disponibilizada pelo governo federal, diferentemente de políticas públicas em que o modo da execução passa apenas por diferentes órgãos dos entes federados e dependem da implantação, “na ponta”, pelo município. Neste caso, as pessoas beneficiadas, como no caso do Bolsa Família, são passivas no que diz respeito ao modo como o orçamento é executado.

Uma política pública de caráter associativo não é definida no modelo político da representação. Ela passa ao largo, portanto, da estrutura de participação social em que a interação entre governo e sociedade civil é informativa e, no melhor dos casos, o espaço de ajuste de formulação. Nas políticas associativas há mais atividade que representação – a representação em jogo diz respeito à organização interna do movimento social e não à relação das pessoas beneficiadas com o poder público que capta e/ou executa recursos. O interesse desse tipo de política, portanto, está na autonomia popular que ultrapassa os limites da representação, e não em uma forma de driblar alguma “crise da representação”.

A ideia de representação ruiu não porque está “em crise”, como se diz desde que ela nasceu. Rousseau já questionava o modelo de Estado hobbesiano, já que este postula uma distância entre a chamada vontade geral e o representante dessa vontade. O ideal da representação sempre foi a coincidência (impossível) entre representantes e representados. Ou seja, seu limite constitutivo foi por muito tempo escondido atrás dessa coincidência inalcançável, que, por sua vez, foi essencial para a compreensão equivocada de democracia como equalização moderada de interesses. A representação perfeita levaria à democracia plena.

# a terra é redonda

Se a representação se tornou a maneira como a sociedade passou a fingir uma equalização social no modo da igualdade jurídica formal (não realizada), ela está no centro desse imaginário em que a democracia seria a resultante final – e justa – de um equilíbrio de forças reafirmado e reequilibrado a cada sufrágio.

Por consequência, o elemento-chave para recolocar o sentido essencial da democracia como conflito está na possibilidade de, em certo sentido, dispensar ao máximo a mediação representativa sem com isso destruir as bases formais do Estado, calcadas no horizonte ideal de igualdade. A disputa democrática não recusa o valor jurídico da igualdade, mas devolve a ela seu sentido político – ou seja, a disputa de projeto social que orienta e dá concretude às regras jurídicas que sustentam o Estado.

Acontece que a maior parte das pessoas não se reconhece em uma estrutura igualitária; justamente porque ela está muito longe de ser concreta. Na vida real, é a diferença que está sempre em jogo, é a disputa que orienta inclusive o direito (daí as atrocidades da justiça classista e racista, por exemplo), é o sentido político das ações de governo e de Estado que definem os contornos da vida social. A representação é o meio pelo qual um tipo específico de vida social – extremamente desigual – se realiza dia a dia provando que o mundo ideal igualitário custa a se realizar.

Em 2013, no Brasil, explodiu na vida pública um distanciamento individualmente marcado em relação à representação. “Fulano não me representa”, “isso me representa”, etc. viraram frases nas ruas e nas redes, para questões gerais ou assuntos banais do cotidiano. Em alguns anos, essa difusão se agrupa em uma representação que não pretende ser a disputa de hegemonia por uma unidade política ideologicamente organizada, mas em uma representação que seja acima de tudo a não-representação, o antissistema, a recusa pura e simples (desde que preservados os costumes conservadores que dão algum lastro imaginário, certa segurança, já que a ruptura geral abriria um abismo excessivamente desconhecido).

A identificação, por um lado, e a descrença total, por outro, são duas maneiras pelas quais as pessoas puderam se colocar no jogo político democrático.

Não quero abordar aqui a identificação com o personagem mais ou menos antissistema, já superado por novos candidatos ao posto. Nem da descrença há tempos popularizada na ideia de que “político é tudo igual”. Falarei deles adiante, de maneira tangencial, quando tratar da polarização. O assunto aqui, afinal, é prioritariamente o lugar da esquerda hoje.

A partir desses aspectos gerais do contexto brasileiro, qual alternativa se coloca para a já ineficiente aposta na representação e, com ela, em uma democracia equalizadora?

## **Guilherme Boulos não é Lula**

Lula carrega a identificação de milhares de pessoas desfavorecidas que sonham com uma ascensão de seus interesses ao centro da política. Guilherme Boulos pretende representá-los, mas não traz consigo essa identificação imediata. Afinal, cada um veio de onde veio, isso não se altera. Não basta o endereço, a dedicação, a compreensão, a luta diária. As pessoas pobres não se identificam com Guilherme Boulos, embora muitos possam admirar suas escolhas e admiti-lo como quase “um de nós”, afinal, “é nós por nós”. Muitos, mas nem de longe todos, nem mesmo a maioria. Sem identificação (Lula), sobrou para tantos a mera descrença, “o deixa como está”, não muda mesmo, ninguém tá aí de verdade pra gente.

O desafio, na impossibilidade de forjar uma identificação artificial ou um reconhecimento que consente, é ultrapassar a desgastada ideia de representação e também a identificação relativamente traída. A representação, vimos, está em crise desde que nasceu e, por isso mesmo, já não move moinhos. A identificação não é questão de opção. A aceitação do estrangeiro como “um de nós” levou tempo e dependeu de uma proximidade que demoraria ainda mais para se estender a tantos outros. Sem as três, aparentemente resta apenas a indiferença.

Ora, daí a enorme diferença que aparece quando pessoas oprimidas pela história dessa democracia restrita – como diria Florestan Fernandes – podem ser sujeitos de processos políticos concretos. Guilherme Boulos, como liderança

inquestionável, não é um “igual”, não vai representá-los, mas mostrou ao longo dos anos ser o elo indispensável para a conquista de políticas públicas que viabilizem essa presença ativa das pessoas na formulação e execução de projetos na ponta – políticas vitais como moradia e alimentação. Trata-se de presença, não de participação com palpites via conselhos restritos.

Guilherme Boulos é a liderança em sentido forte. É o elo entre o poder e o povo, sem tomar o lugar de seus interesses ou falar em seu nome – é o meio que dá vazão a sua voz. Ele não é um representante do povo, deslocado entre uma vontade popular e uma atuação interessada, nem uma projeção de possibilidades por identificação com quem saiu do mesmo barco e carregou essa experiência até o mais alto espaço da política nacional, como ainda é o caso de Lula. Com o tempo, é verdade que essa identificação arrefece, já que a identificação com a ascensão possível tem uma duração no tempo e o passado mais recente vai compondo a trajetória de maneira cada vez mais definitiva.

Há um deslocamento de Lula em relação à sua trajetória, sem dúvida, ainda que muitas teses e explicações possam justificar a imagem que aos poucos foi tomando corpo no tempo que atualiza e estende sua trajetória. Digamos, pensando em um gráfico de vida, que após a subida impressionante há um longo platô que começa a confundir e distanciar o personagem do ponto zero. Já se está há mais tempo no quadro da frente ampla, dos acordos e pacificações do que no tempo da conquista de um oprimido vencedor. Ainda é o que temos de melhor.

Mas o futuro se apresenta e exige novas posições – poderá a mesma trajetória deixar o platô atual? Não sabemos. Mas sabemos que a esquerda não pode aguardar sentada e que o futuro requer transformações – avanços na forma, sem recusar o extraordinário ganho de tantos anos dedicados à política por Lula, e avanços na maneira como se torna real o sonho de um mundo melhor.

## **Forma e conteúdo de um projeto de país atualizado pela esquerda do século XXI**

Sabemos já o que pode ser ainda de um novo modo de atuação política, que não recuse a enorme conquista de “um de nós”, mas que seja capaz de realizar a continuidade dessa conquista, pois não se pode aguardar outra exceção – e mesmo a identificação já arrefece pelo desgaste do tempo, confundindo a imagem de Lula em um “nem tanto como nós”, já que nós mesmos não chegamos lá.

Não se cria um novo Lula. O modo como uma liderança pode reestabelecer a ideia de futuro está na possibilidade de responder às expectativas (já hesitantes e descrentes) por meio de uma atuação que se sabe distinta do lulismo e que ultrapassa os limites da representação. É essa a potência de Guilherme Boulos.

Ativar e multiplicar um modelo de atividade política real por parte das pessoas pobres, organizadas em movimentos e associações ou coletivos, é uma das linhas de uma nova política, a ser formulada para que a representação inevitável do modelo de democracia atual seja um modo auxiliar. As políticas públicas de caráter associativo são exemplos de um mecanismo renovado de interação entre governo e sociedade civil, em que as pessoas podem tomar para si a tarefa de formular e executar políticas de interesse social.

Não é por acaso que esses dois exemplos, Minha Casa Minha Vida Entidades e Cozinhas Solidárias, estão presentes na coerente trajetória de Guilherme Boulos. São exemplos pontuais, um projeto renovado de país exige muito mais que isso; mas são exemplos que podem nos dar uma ideia do modo como uma liderança de esquerda atua diante de questões existenciais como falta de moradia e fome: como um elo que não se desgarra das pessoas em uma representação abstrata e não lhes retira a autonomia enquanto sujeitos de direito e de interesse em conflito com a elite política e econômica do país.

Podemos assim encontrar na própria trajetória de Guilherme Boulos – uma trajetória própria, que não é a do Lula nem outra clássica passagem à representação – indícios de uma política de esquerda reformulada, que inspire nos descrentes não apenas a vontade política de atuar, mas a possibilidade real de atuar para mudar a vida sua e de tantos outros desse “nós” que escancara nossa desigualdade.

## A polarização deve ser reafirmada

Por fim, uma observação a respeito desse conflito que aos poucos esgota parte da força popular – porque lutar, quando muito se perde, cansa. O cansaço é gêmeo da descrença na política e, por vezes, da raiva contra tudo e todos (o abstrato “sistema”).

Desde a democracia grega – mais precisamente, aristotélica – a questão do “caminho do meio” obscurece a disputa e cala as perspectivas necessariamente distintas. Os sofistas que o digam.

Como disputar um projeto de país quando se reafirma diariamente que a moderação é um ideal político e social, como se o inexistente “meio termo” (ou terceira via...) fosse o bom senso ao qual todos deveriam visar? Significa, obviamente, não permitir que qualquer projeto de país, e de futuro, esteja em jogo. Não há nem mesmo jogo. Não há argumentos, convencimento. Nada.

Nesse mundo ficcional ganha força a descrença e desesperança políticas, já que não há nisso nada que possa ser nomeado política, nem democracia: estes termos implicam necessariamente visões distintas. Não se trata de alternar uma e outra, como se a alternância fosse resultar em soma zero – esse insosso lugar ao centro, moderado, inerte – já que a história social é movimento e não pode ser freada no centro neutro e perfeito do ideal platônico.

Quer dizer, o discurso repetido por analistas e mídias diversas tem como efeito a despolitização absoluta. Curiosamente, ficam perplexos diante da abstenção crescente nos sufrágios, ou na aposta em qualquer coisa que seja contra tudo o que está dado – está dada uma vida difícil demais. Como se posicionar, ter um lado, quando tudo parece ou está efetivamente misturado em frentes tão amplas que já não parecem ter fronteiras? A eleição de Eduardo Paes, por exemplo, pode ser explicada pela necessidade de evitar o bolsonarista da vez, já que bolsonarismo é igual a golpismo. Porém, o mesmo Eduardo Paes enviou secretários para sacramentar o golpe contra Dilma Rousseff. Afinal, um golpismo *soft* aceitamos, mas sem exageros? O que está realmente em jogo, em termos de posições e projetos?

É evidente que sim, sempre há algo pior a ser evitado, e deve ser. A frente ampla de 2022 foi fundamental. Porém, pontual. Replicar o modelo indistintamente congela a disputa, inclusive a disputa por um modelo político que situe com clareza as divergências, abrindo espaço assim para convencimentos.

O incrível é que foi preciso essa acomodação clássica – versão atualizada das conciliações e golpes que marcam nossa República desde o nascimento – para assegurar alguma democracia, realizando historicamente o tão alardeado meio termo na forma de uma frente ampla, mas analistas insistem em ver justamente aí mais um exemplo da tal polarização.

Na mesma linha, em pleno 2024, em que o PT está com Eduardo Paes, em que o PSD se divide confortavelmente entre o governo federal e o estado de São Paulo, o discurso permanece o mesmo, sendo um dos grandes responsáveis pela impossibilidade de uma polarização real a ser estabelecida.

A mídia leu 2024, particularmente em relação à prefeitura de São Paulo, como “O Brasil está farto da polarização”. Não, falta polarização! É por isso que Ricardo Nunes conseguiu que lhe vestissem com o manto (invisível, já que o rei está nu, só não vê quem não quer) da moderação. Porque falta polarização, falta identificar posições, diferenças, porque a descrença se traduz nesse tempo morno da política, no “vai assim mesmo”, no “é tudo igual”. Para alguns, se não for pra deixar como está, que se arrebente o sistema de vez – já que o sistema é visto exatamente como esses analistas desejam ver, como um mesmo inerte confundido com bom senso.

O resultado dessa confusão é que só aparece como polo – como diferença, como opção – o que estiver pretensamente fora desse campo amorfo da política comum. Assim, o chamado bolsonarismo é arrastado para além das fronteiras do sistema, embora não esteja fora dele, e Ricardo Nunes ou Tarcísio de Freitas são reconfortados no centro desse mesmo sem volume, isentados, portanto de um posicionamento preciso no campo das posições em disputa – evidentemente, bastante à direita

do eixo central (sublinho, eixo em que não cabe ninguém, é apenas uma linha, não uma posição possível, como Emmanuel Macron provou). Por isso, aliás, o termo “bolsonarismo” é ruim; ele personaliza a tal ponto que protege os demais personagens da extrema direita.

Uma vez construído esse ornitorrinco, em que a polarização virou o fantasma da vez, como situar Guilherme Boulos? Ele está longe, felizmente, de ser um Eduardo Paes. Coligação, mas à esquerda. Mas como a capa do centro foi emprestada para Nunes-Tarcísio-Kassab e como não se permite distribuir ninguém em uma área real, forjando uma moderação como bloco único do que inventam ser a democracia, então só restaria uma estranha frente ampla ou o lugar de fora, de modo que os discursos empurram Guilherme Boulos para fora, acusando-o de radical (nesse caso, antidemocrático).

Contudo, assim como Jair Bolsonaro não está fora do sistema, embora queira parecer, Guilherme Boulos também não está fora, e sabe disso muito bem. Não quer estar fora, sabe que o fora não existe (pelo menos nessa quadra da história). Ele está localizado, consciente, na esquerda do eixo central, linha fina que muitos tentam insistentemente apagar.

É preciso grifá-la, em vez de apagá-la. A democracia depende de que se possa reconhecer e disputar projetos. Ela depende de polarização para que as pessoas vejam com clareza as diferenças, as possibilidades, e situem seus interesses e sonhos.

Apagar a linha da qual depende o espaço em que se organizam os elementos é o verdadeiro “fora” do sistema democrático: totalitarismo. É a indistinção, aquilo que totaliza por não conter diferença.

A polarização politiza e modifica o lugar do “centro”. A atração de eleitores de “centro” amanhã aumentará quando o meio da agenda política passar a naturalizar pautas que estão à esquerda do “centro” hoje. Isso não se faz sem disputa polarizada de ideias e sonhos. Como a história do neoliberalismo demonstra, minorias não estão fadadas a continuar sendo minorias, já que sua pauta passou de impossível a inevitável ao longo da segunda metade do século XX. Ou seja, a polarização forçou o alargamento da agenda política. Nem por isso essa nova maioria precisa permanecer como tal.

Se aquilo que pode lançar luz a esse lugar contra o qual lutamos e no qual a maioria da população não cabe é nomeá-los extremistas, como são, então o “radicalismo” poderá finalmente se apresentar como opção democrática ao que está dado e, quem sabe, acabar com a descrença que acomete a vida política.

## **Guilherme Boulos dá rosto à nova esquerda**

Se é verdade que a nova esquerda não é uma ruptura com a esquerda que se construiu desde os anos 1980 a duras penas, é verdade também que há uma renovação se desenhando. Essa renovação significa ao mesmo tempo uma espécie de retomada, já que a própria esquerda hegemônica historicamente pelo PT passou por suas transformações.

Ainda que com tensões, não há como negar que as conciliações, por vezes necessárias, tornaram-se armadilhas difíceis de desembaraçar. Um título reivindicado por quem assume esse novo aspecto dentro e fora do Partido dos Trabalhadores é o de progressista. O campo progressista, ou a frente ampla, como queiram, é a versão à esquerda de uma despolitização que busca ocupar todo espaço da arena democrática. O título que a direita mobiliza para essa mesma tentativa de totalização é centrão. Assim, nivela-se de um modo ou de outro uma gama de possibilidades de um espectro complexo, subvertendo suas diferenças.

A frente ampla não pode se tornar um modelo político a ser replicado indistintamente. Coligar e acordar será sempre importante, mas sem que com isso novas teias imobilizem a esquerda. Um desafio complexo, certamente, que exige uma liderança segura de seu lugar histórico, e Guilherme Boulos tem apresentado suas credenciais. Jamais recusou a posição, a polarização, e por isso a carta para o povo de São Paulo lida na última semana de campanha difere por natureza da carta ao povo brasileiro de 2002 (sem prejuízo de valor a esta última).

Os interlocutores são outros, o momento histórico é outro, e o erro de insistir em aprofundar o pedido de legitimidade na

direção oposta ao povo não foi cometido. Guilherme Boulos não se dirigiu ao mercado nem à generalidade que o termo “brasileiros” sugere, embora saiba sua importância e não recuse uma política que os contemple. Afinal, nessa generalidade há uma população que é prioridade e que precisa ser alçada a sujeito de políticas concretas.

A trajetória pessoal de Guilherme Boulos, que se vincula às políticas mais concretas e nas quais o povo tem um papel ativo, e sua trajetória política, que se diferencia e se posiciona, prometem um novo patamar não apenas à esquerda, mas à própria democracia, que pode finalmente voltar a ser o campo aberto de poder em que projetos de futuro são formulados e avaliados ou não pela maior parte da população.<sup>[1]</sup>

**\*Monica Loyola Stival** é professora de filosofia na UFSCar. Autora, entre outros livros, de *Política e moral em Foucault* (Edições Loyola).

## Nota

---

[1] Agradeço a leitura e sugestões de Pedro Paulo Zahluth Bastos.

---

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.  
Ajude-nos a manter esta ideia.**

**CONTRIBUA**